

AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO: DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA ÀS RESISTÊNCIAS CONSTRUÍDAS.

POLÍTICAS NEOLIBERALES EN LA EDUCACIÓN: DESDE LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DE ENSEÑANZA Y LA EDUCACIÓN PÚBLICA A LAS FORTALEZAS INTEGRADAS.

NEOLIBERAL POLICIES IN EDUCATION: FROM PRECARIZING TEACHING WORK AND PUBLIC EDUCATION TO BUILT-IN RESISTANCE

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v12i3.31901>

Moacir Simardi Neto¹

Resumo: O artigo a seguir visa analisar os desdobramentos do neoliberalismo em seus aspectos político-educacionais, pedagógicos e jurídicos na educação pública, tendo como referência o estado de São Paulo durante a gestão do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), partido que governa o estado há vinte e cinco anos e demonstra-se alinhado às diretrizes neoliberais. Averiguou-se que, ao lado da implementação de tais políticas, e da precarização que ela engendra nas condições de trabalho e qualidade educacional, lutas sociais e resistências no campo da educação foram constatadas em antítese à implantação do projeto neoliberal, o que pode indicar uma tendência para a próxima década.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Precarização do Trabalho Docente; Movimento Estudantil; Sindicato dos Professores.

Resumen: El siguiente artículo tiene como objetivo analizar los desarrollos del neoliberalismo en sus aspectos político-educativos, pedagógicos y legales en la educación pública, teniendo como referencia al estado de São Paulo durante la gestión del Partido Socialdemócrata de Brasil (PSDB), partido que ha gobernado el estado para veinticuatro años y está en línea con las directrices neoliberales. Se encontró que, junto con la implementación de tales políticas, y la precariedad que engendra en las condiciones laborales y la calidad educativa, las luchas sociales y la resistencia en el campo de la educación se encontraron en la antítesis de la implementación del proyecto neoliberal, lo que puede indicar un tendencia para la próxima década.

Palabras clave: Neoliberalismo; Trabajo de enseñanza precaria; Movimiento estudiantil; Sindicato de docentes.

Abstract: The following article aims to analyze the developments of neoliberalism in its political-educational, pedagogical and legal aspects in public education, having as reference the state of São Paulo during the management of the Brazilian Social Democratic Party (PSDB), party that has governed the state for twenty-four years and is in line with neoliberal guidelines. It was found that, alongside the implementation of such policies, and the precariousness that it engenders in working conditions and educational quality, social struggles and resistance in the field of education were found in antithesis to the implementation of the neoliberal project, which may indicate a trend for the next decade.

Keywords: The Neoliberalism; Precarious teaching work; Student Movement; Teachers' Union.

Introdução

O neoliberalismo, materializado enquanto política econômica e adotado sobretudo a partir de fins da década de 1970 e início da década de 1980, avançou ao ponto de tornar-se a política hegemônica das últimas décadas. Tal perspectiva orientou a gestão do Estado e, portanto, da educação. O avanço do

neoliberalismo em escala global penetrou a subjetividade dos indivíduos e objetivou impor-se como um *modus operandi* inquestionável.

Particularmente em relação à educação, o Banco Mundial (BM) possui planos e diretrizes a serem implementados pelos governos, tendo as ideias e a racionalidade neoliberais como fundamento teórico e inspiração política. Desta forma, torna-se cada vez mais evidente o destaque que o neoliberalismo assume nos discursos políticos, nas políticas públicas e na própria compreensão e crítica da realidade cotidiana, colocando-se como um “quadro normativo global” (DARDOY; LAVAL, 2016), visando estabelecer uma governabilidade neoliberal.

Desde o início, o neoliberalismo coloca-se como objetivo se contrapor ao Estado de Bem-Estar Social, com a marca do Estado mínimo no que diz respeito aos bens sociais que ao longo dos anos foi constituindo aquele modelo de Estado provedor de direitos, sobretudo na Europa, e ao solidarismo representado principalmente pelos sindicatos e organizações dos trabalhadores. Contudo, o neoliberalismo só ganhará força política após aquilo que se convencionou chamar de “os trinta anos gloriosos” do capitalismo (década de 1950 à 1970) com a crise que se instaurará, em âmbito internacional, nos anos de 1970 (ANDERSON, 1995).

No Brasil, o neoliberalismo apresenta-se já no governo Sarney, no final dos anos 1980, contudo, será durante o governo Collor/Itamar e, principalmente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB), que a doutrina neoliberal terá um maior destaque, consistência e hegemonia na política econômica nacional, com um intenso processo de privatizações e medidas de controle inflacionário.

Desta forma, a agenda e os objetivos neoliberais para o campo da educação passam a ser discutidos elaborados e aplicados (tendo os modelos hegemônicos anteriores como guia), desde o final da ditadura civil/militar (1964/85) e com mais relevo a partir do Governo Sarney. Sendo o principal agente na implementação de programas de ajuste, visando a adequação dos países em desenvolvimento às suas diretrizes, o BM terá um papel central na efetivação das políticas neoliberais. Assim, ao analisar os documentos do BM para a educação percebe-se o significado do conteúdo político/ideológico ali proposto enquanto medidas a serem adotadas e seguidas, a partir das instruções contidas nos manuais e cartilhas elaborados por esta instituição, afim de oferecer um caminho mais tranquilo e suave na implementação das políticas neoliberais, seja na economia ou na educação.

(...) neste contexto, irradiam-se para a escola as mesmas regras da empresa capitalista, levando à predominância dos recursos gerenciais na administração escolar, à burocratização das instituições escolares, por meio do excesso de normas e regulamentos e à desqualificação profissional do professor (...) esses aspectos, apontados como forma de irradiação das regras capitalistas para as instituições escolares, podem ser observados nas tendências do Banco Mundial para a educação brasileira (PARO, 2006, p.44-45)

Promover o debate sobre a dinâmica vigente entre o neoliberalismo e as políticas educacionais significa também lançar um olhar para as resistências a tais políticas, para as propostas que buscam repensar tais políticas de forma mais democrática para que sejam reelaboradas no sentido de atender à coletividade. Este artigo partilha da perspectiva de Hill, autor que aponta a necessária construção de “espaços de

resistência à deformação neoliberal global do processo educativo e da sociedade, convocando os trabalhadores na área da educação a lutarem pela igualdade econômica e social”. (HILL, 2003, p.27).

Portanto, este artigo é fruto de um estudo que coloca-se em perspectiva crítica quanto ao atrelamento e a submissão da educação ao movimento de acumulação do capital contido na política neoliberal, almejando contribuir na compreensão dos impactos que o neoliberalismo produz nas condições de trabalho docente e na própria qualidade da educação pública. Contudo, uma investigação da realidade concreta é imprescindível para a compreensão da totalidade e o objeto específico deste estudo são as políticas educacionais do estado de São Paulo nos últimos vinte e cinco anos, nos quais o estado é governado pelo PSDB, ininterruptamente, partido que demonstra-se alinhado às políticas neoliberais e às orientações do BM. Será realizada, concomitantemente, uma análise dos limites e das potencialidades dos movimentos de resistências às políticas neoliberais na educação, averiguados durante este período e ligados ao movimento estudantil e ao sindicato dos professores.

As quatro principais vias de enraizamento do neoliberalismo na educação: o caminho percorrido pela educação paulista

Ao observar que o Estado de São Paulo tem adotado políticas econômicas e educacionais alinhadas ao ideário neoliberal nas últimas duas décadas, postas em marcha durante o governo do PSDB, que está à frente do governo estadual há vinte e quatro anos, este estudo se valerá de tais políticas para compreender como o neoliberalismo se efetiva na realidade concreta, no cotidiano das pessoas e nas relações de trabalho vivenciadas pelos profissionais da educação no “chão da escola”, especificamente, e da classe trabalhadora, em geral.

Busca-se, aqui, portanto, problematizar aspectos estruturantes da educação básica e por ventura do nível superior, tais como: investimentos públicos na área, currículo oficial, condições de trabalho docente, bem como avaliações e resultados. Ao averiguar as políticas educacionais aplicadas pelo Governo do Estado de São Paulo sob a administração do PSDB, pretende-se elucidar a concretização das políticas neoliberais na educação, através da (des)regulamentação jurídica dos aspectos ressaltados e na repressão (por vezes violenta) do movimento estudantil e sindical.

Um princípio norteador das políticas neoliberais é a redução dos investimentos públicos dado pelo que se convencionou chamar de “ajuste fiscal”. Visando facilitar a entrada do capital privado em setores estratégicos e promissores da economia como o setor de serviços, no qual se encontram a educação e saúde, por exemplo, investimentos públicos são reduzidos ou apenas mantidos, apesar do aumento da demanda, ou mesmo aplicados em áreas e para fins desnecessários, precarizando os serviços ou não dando conta de atender toda a demanda, tal processo é denominado por Harvey (2004) de acumulação por espoliação. Ademais, através dos lobbies efetivados por uma bancada dos planos de saúde e de empresas educacionais no Congresso Nacional, áreas fundamentais como a saúde e educação são cada vez mais controladas por monopólios, tirando o controle social e reduzindo-as a um mero mecanismo de acumulação do capital. O Estado vai perdendo sua capacidade de fazer política social e de garantir direitos básicos à população.

Como é de conhecimento geral, o Estado de São Paulo está sendo governado por um mesmo partido há quatro mandatos [atualmente já são seis mandatos]. Desde os anos noventa, quando Fernando Henrique Cardoso foi por duas vezes consecutivas Presidente do Brasil, seu partido tem sido hegemônico no governo paulista (...). Embora se convencie dizer que a vida partidária dos políticos brasileiros não se define exatamente por uma forte identidade ideológica deles com os respectivos programas dos partidos aos quais pertencem, no presente caso a afirmação não se aplica vigorosamente. Os últimos governantes do executivo paulista tiveram e, na medida do possível, continuam tendo uma inspiração ideológica razoavelmente comum. Respeitadas as diferenças dos estilos individuais de governo e as ambições pessoais geradoras de atritos, todos eles perseguiram políticas públicas alimentadas pela visão neoliberal (...) desde os governos de Fernando Henrique Cardoso na presidência da República. Quando Mário Covas comandava o governo paulista, houve bastante aproximação nos acertos para se estabelecer políticas públicas e em especial as políticas públicas para a educação. Também não passaram despercebidas as mesmas estratégias para implementá-las e justificá-las. Houve sempre uma articulação das ações com o apoio e intervenção das Agências: BIRD, BID, UNESCO, UNICEF etc. (SANFELICE, 2010, p.148)

Seguindo sua proposta neoliberal e pautados pelos organismos internacionais, os governos do PSDB possuem um relevante histórico de lutas travadas contra sindicatos, entidades educacionais e movimentos sociais no sentido de controlar os investimentos em educação apesar dos graves problemas de infra-estrutura e do aumento da demanda de alunos após a democratização do acesso à educação básica. Em suma, com o ingresso de jovens pobres nas escolas públicas nas últimas décadas, os investimentos em educação passaram a ser regulados não somente por uma questão econômica, mas também por uma questão de controle social e manutenção de privilégios, aspectos que não poderiam passar despercebidos aos olhos do neoliberalismo e de seus instrumentos políticos (SANFELICE, 2010).

Além do governo de Mário Covas (1995-2001), que iniciou essa nova era neoliberal para a educação em São Paulo, Serra (2007-2011) e Alckmin (2011-2019) também possuem um relevante histórico de controle de investimentos públicos em educação. Tal política incidirá, evidentemente, na remuneração dos professores paulistas e nas condições materiais das escolas de São Paulo. O atual salário do professor de educação básica na rede pública está entre os piores comparados a outros estados brasileiros e a discrepância em relação à remuneração de outras profissões de ensino superior é muito grande. A preocupante questão salarial dos professores em São Paulo é como segue: um professor com licenciatura plena ministrando aulas no ensino médio com 40 horas de trabalho semanais recebe o pagamento de R\$ 9,75 por hora-aula; já para quem tem formação em licenciatura recebe R\$ 12,08. Respectivamente, São Paulo está na 8ª e 10ª posição em um ranking nacional, atrás de estados como Amapá (R\$ 12,56 para ensino médio, R\$ 15,75 com licenciatura), Acre (R\$ 10,45 e R\$ 13,40), Piauí (R\$ 9,83 e R\$ 11,66), Rio de Janeiro (R\$ 11,30 e R\$ 13,51) e Distrito Federal (R\$ 14,60 e R\$ 18,48). Os números são do grupo de Pesquisa do Observatório da Remuneração Docente (PORD), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em relatório base de 2018.

Recentemente, após consecutivos reajustes salariais aos professores, o estado do Maranhão lidera o ranking de melhor salário para professores da educação básica pagando, em média, o destoante valor de 124,60 reais por hora-aula. Neste contexto, não é uma surpresa que todos os governos tucanos tenham enfrentado diversas greves de professores que sempre possuíam o reajuste salarial como uma das principais bandeiras de reivindicação.

Outras políticas educacionais relevantes, geradoras de contradições e resistências por parte de educadores e estudantes, que evidenciam o neoliberalismo e o controle de investimentos em educação, promovidos pelos governos do PSDB em São Paulo, foram as políticas denominadas de “reorganização escolar” e “progressão continuada”. Sem defender a errônea percepção que reprovação escolar indica qualidade educacional e rigor na hora de avaliar, defender a “aprovação automática” ou mesmo a “progressão continuada” (política educacional estabelecida pelo PSDB onde, de maneira geral, os alunos só podem ser reprovados no final de um ciclo de cinco anos o que garante, a partir de um cálculo matemático, os melhores índices de aprovação do país a este estado, índices estes que contrastam com o péssimo desempenho dos alunos nas avaliações e mesmo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), pondo em questão a fidedignidade dos índices de aprovação na educação paulista) parece não ser o melhor caminho.

Além disso, estabelecer políticas educacionais que produzem uma grande pressão pela aprovação dos alunos (ao passo que o número de alunos aprovados anualmente incide sobre o bônus salarial, como será discutido mais adiante) que, na prática, significa diminuir a tempo de permanência na escola para aqueles alunos que ingressam com enormes carências e defasagens educacionais/culturais em decorrência de suas origens sócio- econômicas, como sempre o fizeram os governos tucanos em São Paulo, é uma medida que precariza a formação dos alunos de baixa renda além de economizar recursos financeiros, afinal, cada aluno possui seu custo e a reprovação significa um investimento “perdido”, se a referência for a perspectiva neoliberal, que orienta as ações dos últimos governos do estado de São Paulo. Desta forma, seja com o arrocho salarial dos profissionais da educação pública, seja com propostas pedagógicas questionáveis impostas sem o devido debate de ideias, seja com a progressão continuada, o governo PSDB vai precarizando a educação básica com o falso argumento da gestão responsável e empresarial (quer dizer: neoliberal) dos serviços públicos.

Em 2006, a Secretaria de Educação do estado de São Paulo (SEE/SP) apresentou e passou a implementar uma nova proposta curricular para o estado e desenvolveu um sistema de apostilas (designado de “cadernos do aluno”) para contemplar tal proposta que, segundo críticos, limita a formação dos jovens estudantes ao privá-los de uma formação humanística e artística plena, tal como contempla os currículos dos países centrais do capitalismo, e que restringe os objetivos da educação escolar ao priorizar os desejos do mercado. Esta proposta curricular foi desenvolvida por acadêmicos e tecnocratas com pouco diálogo com os professores, buscando assim padronizar os conteúdos, competências e habilidades a serem trabalhados em todo o estado e nas séries e bimestres previstos (o trabalho de professores coordenadores pedagógicos e supervisores de ensino passa a organizar-se em torno do uso das apostilas e do cumprimento dos conteúdos visando os índices educacionais a serem alcançados nas avaliações externas). Tal implementação curricular é a síntese de um processo político e ideológico, orientado pelo neoliberalismo e imposto de forma antidemocrática nas escolas de São Paulo.

Doravante, aquilo que inicialmente era denominado de “proposta curricular”, hoje é designado de “currículo oficial”, ou seja, para além das nomenclaturas, esta mudança traz em si o caráter deste currículo que foi imposto por tecnocratas e políticos (como o ex-Secretário e também ex-Ministro da Educação Paulo

Renato Souza) no qual a diversidade cultural e especificidades regionais e sociais do estado não são respeitadas e a participação dos professores no processo de elaboração do currículo foi praticamente nula (diferente do que prega as propagandas governamentais). Este currículo imposto para a rede de ensino em São Paulo está em consonância com a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada pelo ex-Presidente Michel Temer e pelo então Ministro da Educação Mendonça Filho, que expressa os anseios e propostas neoliberais para a educação ao enfatizar o desenvolvimento de competências e habilidades nos educandos clamadas pelo mercado de trabalho e ao selecionar conteúdos (e tal seleção nunca é ingênua) sem promover uma ampla discussão com educadores, estudantes e entidades educacionais.

Homologada por Temer, a nova Base Nacional Curricular Comum (BNCC) aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que, inclusive, foi amplamente modificado a pedido do ministro de Educação instituído após o golpe de 2016, Mendonça Filho, que substituiu doze dos 24 membros do Conselho, além de revogar a nomeação de quatro conselheiros da Câmara de Educação Básica e de três membros da Câmara de Educação Superior; também foi revogada a recondução de três membros da Câmara de Educação Básica e de dois conselheiros da Câmara de Educação Superior, preparando o terreno, desta forma, para a modificação e aprovação da versão final da nova BNCC que está em sintonia com a proposta educacional neoliberal pregada pelos organismos internacionais supracitados.

Agora já não mais tão conflitante com a legislação superior, após as adequações de Temer na educação como a nova BNCC, mas ainda descompromissado com o sentido mais profundo do processo educacional, sem respeitar as especificidades culturais, excluindo professores e profissionais da educação na elaboração da proposta curricular tornando-os meros executores desta proposta (imposta), o PSDB solidificou um currículo para o estado em consonância com os ideais neoliberais pregados pelos organismos internacionais que expressam os anseios do mercado no sentido de produzir os novos trabalhadores que o capital deseja: polivalentes, acríticos, competitivos, individualistas e preparados para a empregabilidade, ou ainda, para o desemprego. A racionalidade neoliberal vai sendo introjetada nos jovens estudantes.

Assim, o neoliberalismo foi transmutando-se num currículo oficial no estado de São Paulo, governado pelo PSDB, e que vai produzindo seus efeitos na educação e na vida social de maneira mais ampla. Portanto, é cada vez mais evidente que este currículo oficial, imposto ao longo das gestões do PSDB em São Paulo, não serve aos interesses de professores e de estudantes presentes na rede básica de ensino (até porque o debate democrático e a investigação destes interesses nunca foram promovidos) mas está atrelado à interesses econômicos mais escusos, planejados e defendidos por organismos internacionais e implantados por governos submissos.

A precarização das relações, condições e direitos trabalhistas tem sido uma marca cada vez mais evidente em diversos países enquanto resultado das políticas neoliberais das últimas décadas, em escala global. Os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, que estavam vigentes outrora e aceitáveis para o padrão de acumulação do capital num momento histórico em que prevalecia uma política voltada para a construção e consolidação de um Estado de Bem-Estar Social, são agora duramente atacados juntamente com outros direitos sociais. Atualmente, o conceito de “precarizado” (BRAGA, 2017; STADING, 2013) ganha destaque na sociologia do trabalho para definir e compreender as especificidades da parcela da classe

trabalhadora que ocupa os empregos mais degradantes e desprotegidos de direitos trabalhistas. O trabalho alienado que já é degradante em si pode ficar ainda pior sob a égide do neoliberalismo.

Os profissionais da educação não estariam imunes a esta tendência do mundo do trabalho. Na rede pública estadual, em particular, as condições são alarmantes. O PSDB tem engendrado mudanças legais, no estado de São Paulo, em relação ao funcionalismo público visando atender outro anseio colocado pelas políticas neoliberais: o enxugamento do quadro de funcionários públicos, tido, muitas vezes, como ineficientes e/ou desnecessários, responsáveis por gastos elevados com salários e aposentadoria. Contudo, conseqüentemente, tais políticas sobrecarregam outros funcionários pois a quantidade de tarefas é mantida ou aumentada. De qualquer forma, os últimos governos de São Paulo têm terceirizado as atividades meio, como os serviços relativos à merenda e à limpeza, o que leva à precarização da proteção social e direitos trabalhistas destes ex-funcionários públicos que antes possuíam estabilidade no emprego e uma relativa proteção de direitos trabalhistas contidos no estatuto do funcionalismo público; agora, são trabalhadores terceirizados com contrato de trabalho temporário. Além disso, houve uma redução do número de funcionários dos serviços citados, o mesmo ocorreu na esfera federal durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso à frente do poder executivo (PARO, 2006).

No caso dos professores a situação também é preocupante. Além dos baixos salários que atingem a categoria de forma geral, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam que o número de professores efetivos está diminuindo e o de professores contratados temporariamente aumentando, na rede pública de São Paulo, já são cerca de 30 mil docentes nesta precária condição de trabalho.

Tal situação somada à superlotação de salas de aula (promovida e cada vez mais agravada pelo contínuo fechamento de salas), agravada pela longa jornada de trabalho de boa parte dos docentes, além das determinações mais abrangentes das condições nas quais o trabalho se realiza na sociedade capitalista, tem gerado uma realidade propícia ao adoecimento dos profissionais da educação, em especial professores em contato direto com alunos (CODO, 1999; PAPARELLI, 2009).

Centralizando as decisões fundamentais e estratégicas (como a elaboração de um currículo oficial) com uma conduta autoritária e, por outro lado, descentralizando as responsabilidades (leia-se: se isentando de muitas atribuições ao transferir aos municípios importantes investimentos em educação, sendo que estes contam com uma arrecadação ínfima em comparação ao estado) o governo estadual do PSDB tem degradado as condições de trabalho e reduzido a proteção social de professores e profissionais da educação aprofundando, desta forma, o aumento de casos de doenças psicológicas entre os trabalhadores da educação no estado de São Paulo.

A gestão empresarial e os princípios neoliberais aplicados à educação paulista passam por critérios de mensuração que são perseguidos pela SEE/SP. As avaliações, de maneira geral, tornaram-se o centro da discussão administrativa como também pedagógica da rede estadual de ensino sendo destacada em praticamente todos os encontros e reuniões convocadas pela SEE/SP e Diretorias de Ensino (a ramificação institucional mais próxima das escolas, solidificando um sistema administrativo, na educação, fortemente hierarquizado). Avaliações institucionais, internas, externas, avaliações em processo dentre outras

modalidades foram implementadas na educação paulista, durante os governos de Covas, Serra e Alckmin, sendo a mais emblemática o Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo (SARESP), instituída e aplicada anualmente desde 1996.

Contudo, as avaliações e resultados carregam consigo um significado mais profundo que não a real avaliação do ensino no estado de São Paulo, mas sim, o princípio da produtividade e competitividade. Cada vez mais, durante os vinte e cinco anos que o PSDB tem governado o estado de São Paulo, os princípios empresariais ditados pelo mercado em sintonia com a dinâmica capitalista têm ganhado espaço no mundo educacional, afinal, “é preciso preparar para o mundo”. A naturalização da competitividade e da noção de produtividade, como princípio elementar da vida individual e social, tem sido cultivada através do currículo oficial, da ideologia meritocrática e pelas práticas pedagógicas. A parceria das escolas públicas com empresas, inclusive encaminhando alunos para um emprego, muitas vezes em detrimento de seus estudos, é estimulada pela SEE/SP e favorecida com programas como o “jovem aprendiz”. Assim, a educação acaba sendo reduzida a um momento de preparação para o mercado de trabalho e sociabilidade capitalista e, no caso das escolas públicas, um trampolim para trabalhos precários de péssima remuneração onde muitos destes alunos de baixa renda, neste processo, irão mergulhar no precariado.

É evidente que avaliar, planejar, refletir é indispensável no processo de ensino/aprendizagem, contudo, não com os propósitos e obsessão colocados pela SEE/SP durante a gestão PSDB. Ademais, a bonificação por resultado, ou seja, uma premiação salarial anual paga aos profissionais da educação que trabalham em escolas que atingiram suas metas (dentre as quais um bom rendimento de seus alunos no SARESP), política implantada em 2006 e ratificada juridicamente com a “lei do bônus” de 2008 (Lei Complementar N° 1078, DE 17 de Dezembro de 2008), pelo então governador José Serra, num contexto de arrocho salarial e desvalorização docente, forçam os professores e todos os funcionários das escolas a trabalharem para produzir resultados que mascaram, na maioria das vezes, a péssima qualidade da educação.

O que evidencia-se é que as políticas educacionais implementadas pelo PSDB em São Paulo, no sentido de modelar a gestão das escolas e até mesmo o propósito de ensinar a partir do modelo empresarial, tem empobrecido a educação e pressionado ainda mais os trabalhadores da educação a trabalharem por resultados a qualquer custo, levando à estafa emocional e ao adoecimento de muitos professores e outros profissionais. Deste modo, seja na forma, conteúdo ou objetivos, o neoliberalismo penetra na educação em São Paulo a passos largos e com a fiscalização cada vez mais rígida, hierarquizada e empresarial das instituições educacionais.

Assim, tutelado pelos organismos internacionais propositores das reformas educacionais engendradas há alguns anos, o PSDB vem consolidando o neoliberalismo e a precarização na educação paulista. Dando sua contribuição às ambições globais do neoliberalismo, o PSDB responde aos desejos de formação da força de trabalho postos pelo mercado além de adequar aspectos jurídicos e pedagógicos da educação para que esta trabalhe em favor da construção do “homem-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016) e da mentalidade empreendedora. Como Karl Marx (2013) já apontava em sua obra, o capitalismo transcende a esfera econômica e invade todos os espaços da vida social e subjetiva do indivíduo. Assim sendo, a educação deve servir aos propósitos do neoliberalismo e contribuir na construção da subjetividade

neoliberal, neste contexto: “essa análise vai de encontro com uma das intuições mais profundas de Marx, que compreendeu muito bem que um sistema econômico de produção era também um sistema antropológico de produção (DARDOT; LAVAL, 2016, 27).

Porém, a história é farta de eventos que demonstram que onde há opressão, há resistência. Nestas décadas de implantação do projeto neoliberal na educação paulista, existem infinitos exemplos de lutas e resistências de professores e estudantes contra esta tragédia civilizatória denominada neoliberalismo.

Possibilidades educacionais emancipatórias sob a égide neoliberal

No Brasil, Jair Messias Bolsonaro, presidente da República, ao ser empossado em 2019, afirmou que não deixará nenhuma “ideologia” interferir nos assuntos de interesse nacional (“impedir que a bandeira brasileira seja pintada de vermelho”) e para isso é necessário combater o “lixo marxista” presente na política, artes e educação (herança dos últimos governos, em sua visão) além de anunciar a urgência em expulsar Paulo Freire das escolas. Neste ínterim, uma questão fundamental coloca-se para os educadores: quais as possibilidades, desafios e limites de uma educação crítica e emancipadora nesta atmosfera desfavorável, seja nacional ou internacional?

A história recente do Brasil fornece bons exemplos de resistências aos ataques neoliberais na educação, como no estado de São Paulo, onde a luta organizada pelo sindicato dos professores, por meio sobretudo de greves, e a luta estudantil, com a ocupação de escolas, conseguiram denunciar e minimizar as consequências dos ataques neoliberais. Desta forma, a teoria crítica deve estar a serviço de uma ampla frente democrática da educação que reúna sindicatos, professores, estudantes, profissionais da educação que defendem a educação emancipatória que dote cada indivíduo de consciência de suas condições objetivas e de seus verdadeiros interesses políticos desvendando, verdadeiramente, toda ideologia.

Em São Paulo, durante a penetração do neoliberalismo na educação, dois movimentos merecem destaque e indicam possibilidades de resistência à precarização do trabalho docente e da educação pública imposta pelas diretrizes neoliberais: o movimento sindical e o movimento estudantil. Ou ainda, a mais longa greve dos professores de São Paulo sob a condução do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e a ocupação das escolas paulistas contra a reorganização escolar, os dois casos ocorridos em 2015. Como já foi dito, inúmeras greves marcaram as gestões do PSDB à frente do governo do estado de São Paulo mas a greve realizada em 2015 será tomada como referência por sua duração (92 dias) e porque esteve imbricada com o movimento estudantil que realizou a ocupação das escolas poucos meses após o término do movimento grevista dos professores.

Apesar de sua duração histórica, a mais longa da APEOESP, a greve de 2015 não foi tão bem sucedida, não pode ser definida como vitoriosa. Como reivindicação principal um reajuste salarial de 75,33% para a equiparação salarial com outras categorias com mesma formação, a greve teve baixa adesão, e apesar da disputa entre os números apresentados pelo sindicato e pela secretaria de educação, certamente não teve a adesão nem da metade da categoria, como estudos posteriores demonstraram. Sem a mobilização e adesão da base de professores, a principal reivindicação da categoria não foi atendida. Durante os três meses de

paralisação, foram realizadas cerca de vinte manifestações, entre elas assembleias e atos contra o governo (como o fechamento de estradas e rodovias, ações muitas vezes reprimidas pela Tropa de Choque da Polícia Militar com o uso de violência, como chegou a ser mostrado por alguns veículos de comunicação), mas que não tiveram a repercussão da grande mídia, e nem o efeito esperado no subjetivo do trabalhador. Desgastados e após meses sem salário, em assembleia, os professores decidiram pelo fim da greve sem a conquista do reajuste. Na ocasião, “Bebel”, presidenta do sindicato, pronunciou na assembleia realizada em 12 de junho daquele ano, na av.: Paulista, na capital de São Paulo: “a resistência não pode ir além da sobrevivência dos professores” (ARAÚJO, 2015). Para a presidenta do sindicato, o fim da greve não deveria ser encarado somente de maneira negativa mas, para ela, o governo sofreu um grande desgaste em sua imagem o que era uma grande derrota política para o PSDB, em São Paulo. Contudo, chegada nova eleição no estado, o PSDB manteve sua hegemonia apesar da disputa acirrada entre Márcio França e João Dória no segundo turno. Todavia, Márcio França apesar de não ser do PSDB era o vice- governador de Geraldo Alckmin.

Como contra- ataque ao sindicato, à categoria e à própria educação pública, quatro meses depois, em 26 de outubro de 2015, o secretário da educação Herman Voorwald anunciou a reorganização escolar. Provavelmente acreditando que o desgaste que trouxe a derrotada e mais longa greve da categoria impediria uma nova mobilização do sindicato e dos professores, o governo PSDB buscou implementar uma dura política educacional neoliberal que, em suma, visava fechar cerca de cem escolas o que traria grande impacto nas condições de trabalho docente e na vida dos estudantes e de suas famílias, com uma maior superlotação das salas de aula e um trajeto mais distante até à escola, para muitos alunos que teriam suas escolas fechadas. Contudo, a greve havia colocado a pauta da educação em evidência, a duras penas, inclusive na mídia. Mesmo que derrotados, não conquistando o reajuste salarial, os professores conseguiram promover a reflexão e o debate sobre as condições da educação pública em São Paulo, o que aflorou contradições produzidas pelo neoliberalismo, condições que favoreceram a insurgência do movimento estudantil e a ocupação de centenas de escolas pelo estado contra a proposta de reorganização escolar do PSDB:

A mobilização estudantil paulista de 2015 corresponde a uma série de manifestações e ocupações de escolas, realizadas por estudantes secundaristas em diversas regiões do Estado de São Paulo entre outubro e dezembro do mesmo ano, tendo como objetivo protestar contra a reorganização do ensino público paulista, proposta pelo governador Geraldo Alckmin e pelo então secretário de estado da educação, Herman Voorwald. A mobilização terminou com 213 escolas públicas ocupadas e diversos protestos nas ruas, o que resultou na queda de Voorwald como secretário de Educação e a suspensão do plano de reorganização pelo Governo de São Paulo (WIKIPEDIA, 2015)

Culminando com a demissão do secretário de educação, que foi eleito o bode expiatório da proposta neoliberal para a educação paulista, a reorganização escolar foi freada, naquele ano, pelo movimento dos estudantes de São Paulo que contaram com o apoio da APEOESP e de muitos professores e ativistas que colaboraram de diversas formas, desde o fornecimento de alimentos para os alunos que ocupavam as escolas até disponibilização de assessoria jurídica. Outrossim, a “mobilização estudantil paulista”, ainda mais por se tratar de alunos, muitos deles menores de idade, também teve apoio das famílias, da sociedade civil.

Estes episódios, demonstram a necessidade e importância da organização da sociedade civil, em particular a comunidade escolar, para que, articulada com o movimento de trabalhadores da educação tenha mais força na resistência aos ataques neoliberais e na luta pela educação pública de qualidade. O enfrentamento contra aqueles que são contra a emancipação, antidemocratas e que não podem conceber a decisão consciente de cada pessoa em particular, seja na educação ou na política, deve ocorrer nos termos de uma organização política de base guiada pelos pressupostos teóricos do materialismo histórico dialético e de teorias como a de Paulo Freire, que visam a emancipação humana e pensam a educação a partir da tomada de consciência pelos sujeitos e do desvendamento da realidade: “tomada de consciência, como uma operação própria do homem, resulta, como vimos, de sua defrontação com o mundo, com a realidade concreta, que se lhe torna presente como uma objetivação” (FREIRE, 1983, p.52-53). O “Humanismo” proposto por Freire anuncia o sentimento que deve ser mantido pelos educadores e militantes críticos em tempos neoliberais.

Conclusão

Pode-se afirmar, a partir do que foi exposto anteriormente, que o neoliberalismo tem se enraizado na educação por quatro vias principais: insuficiência, controle e utilização dos investimentos públicos na área; currículo oficial; legislação trabalhista e condições de trabalho dos profissionais da educação e avaliações e resultados educacionais. Assim, o neoliberalismo, por meio de seus instrumentos políticos, busca realizar na educação a adaptação institucional necessária para os atuais anseios do mercado, ou ainda, das grandes corporações econômicas internacionais e das burguesias nacionais, em detrimento das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Diante deste cenário, importantes resistências políticas têm sido construídas no campo da educação. Inspiradas, muitas vezes, por teorias críticas fundamentais para a compreensão da relação educação e sociedade, movimentos sindicais de professores e o próprio movimento estudantil resistem ao avanço neoliberal na educação. Ao que tudo indica, o governo de Jair Messias Bolsonaro manterá a orientação neoliberal já posta em marcha por Michel Temer, mas traz em seu discurso algo novo, diferente daquele que assumiu a presidência após o golpe jurídico/parlamentar dado em Dilma Rousseff: o agressivo discurso de ataque ao pensamento crítico existente na educação. “Expulsar Paulo Freire das escolas” e combater o “lixo marxista” supostamente abolindo as ideologias das escolas, é uma das prioridades já anunciadas e reiteradas pelo governo vigente. Portanto, os movimentos de resistência organizados no campo educacional precisam compreender que sua importância transcende a educação, ou ainda, sua luta está imbricada com a luta pela manutenção das liberdades individuais e das instituições democráticas.

Referências:

ANDERSON, P. 1995. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). **Pós- Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

CODO, W (coord.). **Educação: Carinho e Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLOBO.COM. Disponível em: <g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/professores-estaduais-parados-ha-3-meses-decidem-pelo-fim-de-greve.html>. Acessado em: 23/03/2019.

HARVEY, D. **O novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HILL, D. **O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação**. São Paulo: Currículo sem Fronteiras, 2003.

MARX, K. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAPARELLI, R. **Desgaste mental do professor da rede pública de ensino: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar**. Tese de doutorado. São Paulo, 2009.

PARO (Org.), V.H. **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

STANDING, Guy. **O precariado, a nova classe perigosa**. São Paulo: Autêntica, 2013.

Notas:

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal de São Carlos. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina. Diretor de escola e professor de sociologia no Estado de São Paulo Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8270-2430>
Email: simardi_net@hotmail.com

Recebido em: 27.05.2019
Aprovado em: 22.09.2020